

REDEL. Revista Granmense de Desarrollo Local.
Vol.2 No.3, julio-septiembre 2018. RNPS: 2448. redel@udg.co.cu

A AGRICULTURA CAMPONESA EM ITAPURANGA: EMBATES E ORGANIZAÇÃO POPULAR – 1980-2000

The peasant agriculture in itapuranga: popular shocks and organization – 1980-2000

Me. Edson Batista- da Silva, Universidade Estadual de Goiás - UEG
edson_bat_silva@hotmail.com

Dr. Valtuir Moreira- da Silva, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Valtuir13@gmail.com

Recibido: 25/02/2018 Aceptado: 29/03/2017

Resumo

Este artigo busca apresentar as ações de classe do campesinato em Itapuranga, entre 1970 e 1980. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados demonstram que a ação de agentes externos, sobretudo padres e leigos da Diocese de Goiás, orientados pelos princípios da teologia da libertação, conformou uma classe em movimento. Os camponeses articularam organizações político-econômicas de comercialização direta, de compra de bens industrializados e de atendimento do direito à saúde, dentre outros elementos. Portanto, neste momento se conformou um campo de forças em Itapuranga, articulado pelo campesinato contra os agentes capitalistas.

Palavras Chave: Camponeses; Cultura Popular e Resistência

ABSTRACT

This article seeks to present the class actions of the peasantry in Itapuranga, between 1970 and 1980. For this purpose, a bibliographical and documentary research was carried out. The results demonstrate that the action of external agents, especially priests and lay people of the Diocese of Goiás, guided by the principles of liberation theology, conformed a class in movement. The peasants articulated political-economic organizations of direct commercialization, of purchase of industrialized goods and of service of the right to health, among other elements. Therefore, at this moment a field of forces was formed in Itapuranga, articulated by the peasantry against the capitalist agents.

Keywords: Peasants; Popular Culture and Resistance

INTRODUÇÃO

Há no marxismo ortodoxo a assertiva de que o campesinato é um objeto da história, fadado ao desaparecimento. Mas a realidade negou a previsão teórica, os defesos revolucionários dos intelectuais clássicos, como Lenin (1985) e Kautski (1998). Os camponeses permanecem nas comunidades intergeracionais, (comunidades tradicionais), nos assentamentos, nos reassentamentos dos atingidos por barragens em Goiás, etc.

Esses sujeitos reagiram a subordinação, as ameaças de expulsão, articularam campo de forças com a burguesia e o Estado. Neste ínterim, a questão que move este artigo é até que ponto a reprodução social do campesinato em Itapuranga é resultado das lutas articuladas por esta classe social? Desse modo, nas próximas páginas o objetivo é apresentar as ações de classe do campesinato em Itapuranga, entre 1970 e 1980. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica, com levantamento, leitura e fichamento de manuscritos que versam sobre os conceitos de campesinato e território.

Também foi desenvolvida pesquisa documental, com seleção de poesias, relatos e notícias de periódicos que comprovam a reação da classe camponesa em Itapuranga. O artigo está dividido em duas partes; a primeira discute de forma breve os conceitos de campesinato e território, a segunda apresenta as organizações e ações do campesinato, tendo em vista sua reprodução social. No próximo item o debate se vincula os pressupostos que sustentam o trabalho.

Território e Campesinato: começo de “prosa”

A classe vista como categoria reduz seu entendimento como fenômeno histórico, sua compreensão não deve ser matemática e estática, (THOMPSON, 1987). Elaborá-la pelos critérios estatísticos de renda, pela estrutura omite a formação histórica, as experiências, a consciência compartilhada. Conforme Thompson (1987, p. 10): “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses (e geralmente se opõem) dos seus.”

Essa concepção de classe é plausível na análise do campesinato, não recai numa espécie de “camponesinometro.” Shanin (1983) defende que os camponeses, ao longo de sua história tem atuado como classe, a partir da cultura, das experiências compartilhadas e da consciência coletiva. Enfrentaram historicamente os grandes fazendeiros, os grupos urbanos e o Estado. A

ação política tem se perpetrado de três modos: no exercício político dirigido por um grupo externo, na rebelião espontânea por meio dos motins e na passividade camponesa.

Mas a unidade tem sido fragilizada pela segmentação em grupos locais, pela debilidade dos objetivos compartilhados e pela reclusão na autossuficiência, (SHANIN, 1983). As posturas isolacionistas facilitam a submissão aos propósitos de outras classes. Depreende-se que o campesinato é uma classe em processo, em seu próprio fazer-se. O seu sucesso depende da capacidade de agir em uníssono, com homogeneidade ideológica.

Entretanto, a subjetividade representa um estofo para tecer a coesão camponesa, (SHANIN, 1983). O costume produz ambiência, mentalidade coletiva e um conjunto de usos, direitos, práticas, normas, regras que se rebelam e resistem as imposições do neoliberalismo. A economia moral, com normas, práticas, usos sustentados no costume e nos papéis morais, na tradição entra em disputa com a economia de livre mercado, (THOMPSON, 1998). De acordo com Bartra (2011), trata-se da identidade profunda do campesinato, que sobrevive a trajetória migrante e emerge nos momentos de ameaça.

Conforme esse autor, o campesinato é uma classe histórica, periférica, diversa e mutável, vista como anacrônica e prescindível. Seus sujeitos sociais compartilham sociabilidades, costumes, projetos e passado em comum, além de slogans globais. O campesinato é um *ethos* vivo e diverso. Na América Latina, Bartra (2011) remete o colonialismo como a cicatriz da especificidade camponesa. Mesmo com condições econômicas e origem diferenciada, a colonialidade do poder lhes impingiu a opressão de classe e de raça.

Há uma vocação continental que lhes fortalece nas lutas na macroescala, como são aquelas conduzidas pela *Via Campesina*. Para o debate em voga é lúcido o entendimento de Bartra (2011), as classes são constituintes e constituídas pelas relações sociais. As lutas ao longo da história têm efeitos sociais, políticos, econômicos e culturais nos camponeses. Mas esta compreensão também problematiza os usos, as apropriações, a tessituras nós, dos limites e das redes.

Isso implica questionar se há um território do campesinato, ou um fazer-se do território como campo de forças, construído a partir das disputas materiais/simbólicas. Há uma polissemia de territórios. Fernandes (1999 e 2008) menciona os territórios quilombolas, territórios das multinacionais e do campesinato. Apresenta uma ordem tipológica que parte do território de governança, passa pelo território propriedade, pelo território relacional e culmina no território imaterial.

Contudo, Oliveira (1995) afirma que as relações sociais de produção configuram o território e são estabelecidas por três classes fundamentais: burguesia, proprietários de terra e proletariado. O território se torna a unidade dialética espacial que as classes produzem. No campo, a industrialização da agricultura promove a territorialização do capital e contraditoriamente, permite a expansão da agricultura camponesa. Assim segundo ele:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/ distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais, [...] onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] o território não é um prius ou um a priori mas a continua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza. (OLIVEIRA, 1995, p. 26-27).

Neste debate sucinto, se indagase há de fato territórios do campesinato e das multinacionais. Como o poder é sinônimo de relação social, também implica estabelecer limites, usos, nós, etc. Se o território é do campesinato, qual o sentido no uso desta categoria de análise? Por que o que se denota de tal compreensão é que o campesinato consegue conformar limites e usos. O território torna-se livre das imposições e da correlação de forças, com isso se invalida a análise relacional e se elimina a disputa territorial. Não há neste ponto uma confusão entre território e espaço?

Nesse sentido Souza (2013) é razoável, o território é também um campo de forças, a eliminação da disputa territorial o suprime. Embora discorde-se da sua compreensão de que o substrato material seja apenas uma referência, sendo o território a capa invisível dele. A materialidade é resultado do trabalho e produz conhecimento e possibilidade de transformação. A consciência é um produto sócio/histórico, resultado da interdependência da infraestrutura e da superestrutura, (MARX, [1945]1999). O ser humano resulta de tipos de sociedade. A produção do território envolve concepções produzidas em contextos sócio/históricos específicos.

Neste texto se hesita em dizer que há um território do campesinato. Pois isso invisibiliza as disputas territoriais de classe. Obvio que existem espaços de domínio precário dos camponeses, mas a que se reconhecer a força barbara do neoliberalismo, com os megaprojetos do Estado e com o modelo extrativo agroexportador, (SVAMPA, 2010). Dessa maneira, acredita-se que o território (i)material, efeito da interdependência da infraestrutura e da superestrutura, da subjetividade subversiva é um fazer-se coetâneo ao da classe camponesa.

Isto se manifesta nas disputas territoriais, como em Itapuranga, objeto de atenção do próximo item.

As lutas camponesas em Itapuranga: organizações e ações contra a eliminação social

Os embates e a organização popular em Itapuranga estiveram sempre presentes na vida e no cotidiano dos camponeses deste município. As primeiras experiências nasceram com as disputas de terra, principalmente a partir do fluxo migratório das décadas de 1940. Momento em que o governo federal, com a política de ocupação do Oeste, propagou a Marcha para o Oeste. Com isso, centenas de famílias se deslocaram para o Centro-Oeste e a Amazônia Legal, como demonstrado por Pessoa (1999), Marins.

As fontes, escritos e documentos narram inúmeras experiências no processo organizativo dos camponeses em Itapuranga-GO. Nesta comunicação não será possível fazer uma descrição densa delas. Diante disto, apresentaremos um escopo das experiências que foram fundamentais para que a organização camponesa de Itapuranga estivesse presente nos debates sobre a luta pela vida na terra no Estado de Goiás.

A primeira contradição entre capital/trabalho vivenciada pelos camponeses em Itapuranga se deu com a instalação da Destilaria PITE S/A. No decorrer da década de 1980, que consubstanciou na expropriação e fluxo migratório campo/cidade de inúmeras famílias que viviam como arrendatários, meeiros, parceiros e agregados nas propriedades, processo que foi iniciado a partir da década de 1970, muitos camponeses enfrentaram adversidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Isto os levaram a se organizar para lutar contra as contradições capital x trabalho.

A instalação das empresas sucroenergéticas ocorreu mediante incentivos públicos, sem a observação da conjuntura do campo brasileiro, refletindo diretamente na vida e no cotidiano dos camponeses, principalmente nas áreas de expansão agrícola, baseada na força de trabalho camponesa. Contraditoriamente o Estado priorizou;

[...] as grandes empresas e aos usineiros. A estes, o governo está oferecendo 100% de financiamento, 12 anos para pagar com 3 anos de carência e juros altamente subsidiados. [...] E nós sabemos, que no começo o governo havia falado que não prejudicaria a agricultura de subsistência e que não seriam implantadas usinas nas áreas de cultura (Boletim da Diocese, 1980).

Em Itapuranga a Destilaria PITE S/A, propriedade de Expedito Stival Sobrinho, foi instalada com verbas subsidiadas. Com isso, adquiriu terras no município e municipalidades circunvizinhas. Seu objetivo foi o monopólio de compra da cana, ampliando o máximo as áreas plantadas que estivessem em seu nome. Com o intuito de não conceder a produção a outros sujeitos.

Após a instalação e o trabalho realizado pela empresa, mudanças foram sentidas na vida social e no mundo do trabalho camponês. Como mostra a análise produzida em um panfleto do “Movimento do Custo de Vida de Itapuranga”, criado na década de 1980, tendo como líder o Padre Nello Bononi. Este movimento interpretou o que advinha com a produção sucroalcooleira:

Itapuranga é um município de terras de cultura, terras boas de lavoura. Suas terras estão repartidas em pequenas propriedades bem aproveitadas. Itapuranga é um município produtor de alimentos: arroz, feijão, milho, leite, carne, café, melancia, hortaliças, etc. De agora em diante um grupo econômico quer implantar em Itapuranga uma Usina de Álcool: álcool para abastecer os carros, álcool para alimento de carros. No mundo inteiro há falta de ALIMENTOS. É um crime transformar lavouras de alimentos em indústria de álcool.

As mudanças não tardaram no universo do trabalho e da cultura camponesa. A vida mediatizada pelas relações de ajuda mútua nas tarefas da lavoura, na limpeza dos pastos, colheitas e outros serviços foram sendo rompidas pelo assalariamento. O trabalho coletivo dos mutirões, traições e trocas de dias foi substituído pelo trabalho assalariado, conduzido sob a vigilância de um fiscal de eito. Veio à baila também a obediência a horários estabelecidos, a ingestão da comida produzida nas madrugadas, contraposto ao almoço dos mutirões. Os camponeses agora eram boias frias! Vejamos o que disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga a respeito disto:

Sr. João Benfica, presidente da entidade (sindicato), afirma que centenas de antigos lavradores, já foram transformados em assalariados temporários das fazendas canavieiras (boias-frias), ou simplesmente foram absorvidos como operários na própria usina de álcool (Diário da Manhã, 1983).

A chegada da indústria canavieira promoveu a reinvenção do cotidiano dos camponeses, como destaca o Boletim da Diocese de Goiás, datado de 1982:

Ela está atrapalhando demais a vida dos trabalhadores da região. Primeiro porque a cana está tomando o lugar dos mantimentos. E mais: os cortadores de cana ganham salário baixo, não tem segurança nenhuma, por exemplo, não tem carteira de trabalho assinado, não ganham férias, nem 13º salário, e têm menores também sendo explorados no trabalho. Já aconteceram vários acidentes e duas mortes de trabalhadores (Boletim da Diocese de Goiás, 1982).

A expansão canavieira produziu efeitos espaciais na região, a vida dos(as) “boias frias” foi experienciada pelos camponeses. Suas vidas passaram a ser mediatizadas pelo trabalho da empresa. Assim,

A cana está invadindo as roças. Nos municípios de Itapuranga, Itaberaí, Heitoráí, Carmo do Rio Verde e Uruana, as terras férteis para o plantio de produtos agrícolas estão sendo ocupadas pela CANA. Centenas de lavradores já foram transformados em “boia-fria” das fazendas canavieiras ou em operários na própria usina de álcool (O Libertador, 1982).

Com o plantio da cana a Destilaria PITE S/A comprou inúmeras casas para os trabalhadores. Por exemplo, no distrito de Cibeles, 30 Km de Itapuranga. Terras foram adquiridas próximas ao local pela empresa, para criação de uma vila de boias-frias. As edificações eram repassadas aos trabalhadores, que pagavam o aluguel e a energia mensalmente. A vila dos cortadores de cana em Cibeles possuía certa similaridade com os barracões das regiões produtoras de seringueiras.

Como estratégia de enfrentamento da realidade vivida, os camponeses em condição de boias frias promoveram greves, se sindicalizaram, realizaram assembleias e se mobilizaram para lutar contra os grilhões do capital. As produções poéticas foram instrumentos importantes utilizados. Elas se encontram nos documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, nas publicações e panfletos e no jornal A Caminhada da Diocese de Goiás. A poesia abaixo, de um autor desconhecido, menciona:

Amigos trabalhadores
Qui na cidade vei morar
Qui plantava sua roça
De 30 quilômetros pra cá,
Agora a cana chegou
O pobre trabalhador
Como é qui vai ficá?

Com a chegada da cana
O povo movimentou
Agora tem serviço
As coisa melhorou...
Mais quando fô daqui uns dia
Transformô em boia-fria
Este pobre trabalhador!

(Cana)

Os camponeses também lutaram contra os inúmeros acidentes de trabalho, rotina na vida dos boias frias em Itapuranga:

A agricultura camponesa em Itapuranga

Os acidentes de trabalho já se tornaram rotina na indústria e lavoura canavieira de Itapuranga. Só nos últimos 15 dias, dois operários morreram e vários ficaram feridos em desastres ocorridos na usina de álcool. Nos canaviais os acidentes também são diários e facilitados pela total falta de segurança no trabalho (Diário da Manhã, s/d, p. 21).

A usina de álcool – Pite S/A também poluiu os rios e o solo do município. Desde 1979 os resíduos da feitura do álcool não recebiam os cuidados exigidos, determinados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, conforme determinava a Portaria 323/78 que regulamentava a produção das indústrias de álcool. Veja os registros de tal questão:

Existe o problema da poluição. O lixo, restos do álcool, chamado vinhoto, cheira mal e está contaminando o ar e as águas da região. O pessoal que fez contrato com a PITE, na maioria já arrependeu, porque está notando o empobrecimento da terra e corre o risco até de perdê-la futuramente (Caminhada, 1982).

A poluição que a Destilaria Pite causou à natureza em Itapuranga foi denunciada de forma poética por José Raulemar e Zé Lemos. A Poluição, título da poesia que seguenarra a destruição ambiental:

Quem conheceu o rio canastra
Que tinha tanta beleza
As suas praias de
Areias presente da natureza
Mudaram o seu destino
Falo com muita tristeza
Só se vê naquelas água
Detritos e impureza.

Quem mora perto do
Rio estão sendo ameaçados
As suas propriedades
Ficou sem água pro gado
Um veneno perigoso
No rio é atirado
Tudo que vive nas águas
Estão morrendo envenenados.

Hum mal cheiro
Importunante
Inquieta a população
Mais,
Deus criou a natureza
E muitos cêres com vida
É para ser conservada
E não pra ser destruída
Ao ver os peixes boiando
Nestas águas poluídas

Sinto que estamos
Entrando num deserto sem saída.

Um mal cheiro importunante inquieta a população
Mais dizem que é o progresso
Que chegou na região
Em parte eu até concordo do quem fala
Assim tem razão
Mais o povo não merece
Tamanha poluição.

As experiências de mobilização e luta em Itapuranga, com intensa participação dos camponeses, se manifestaram em outros momentos e ações. A luta na Fazenda Córrego da Onça, em que 34 famílias de posseiros enfrentaram a tentativa de despejo e grilagem das terras perpetrada pelo fazendeiro Aureliano de Ramos Caiado, conhecido como *Fiote* Caiado nas décadas de 1970-1980.

Os camponeses do município, também participaram dos conflitos, conduzido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, em nome do direito a saúde pública para trabalhadores e cidadãos mais necessitados, com a oferta de atendimento hospitalar e odontológico na sede sindical. Esta luta culminou na implantação da Unidade de Saúde, a partir do Hospital construído pelo Funrural, que se tornou na década de 1980 o denominado Hospital do Sindicato. Entrementes, os embates por um centro de saúde destinado a atender os camponeses e os desafios impostos para manter o Hospital em funcionamento, ocasionou a criação em 1987 da Associação Popular de Saúde de Itapuranga – APSI. O objetivo de sua constituição foi fortalecer a luta e dar visibilidade as questões referentes a saúde. A história dos enfrentamentos para manutenção do Hospital da Associação foi intensa. Tal disputa se somou aquela contra a expulsão do campo perpetrada pela expansão da lavoura canvieira.

O que se deu justamente no momento que os camponeses necessitaram mais do centro de saúde para atendê-los. Com isso, houve lutas para que o Hospital da Associação obtivesse os recursos públicos repassados ao município destinados a área. Como resposta, tendo em vista negar a legitimidade da luta popular, em 1988 a oligarquia local, dirigente do poder municipal criou o Hospital Municipal. O fato é que os embates e organizações se intensificam com a agudização das relações capital/trabalho e a formação da consciência dos direitos.

Isto é evidente no que concerne oferta precária de saúde, bem como outras necessidades e direitos ausentes na ordem do dia. Com a lógica capitalista instalada, ocorreu a expulsão de muitos camponeses para o centro urbano de Itapuranga. Eles se depararam com a elevação do custo de vida. E os poucos ganhos do trabalho como boias frias e o rompimento dos laços da

vida em comunidade, os colocaram no limiar da sobrevivência. Do mesmo modo, foram conduzidos a individualização, dentre outras mudanças que se deram no universo do trabalho e vida destes sujeitos.

Neste contexto são criadas organizações que buscam enfrentar a realidade vivida pelos camponeses. Dentre estas destacam-se A Associação Comunidade de Baixa Renda (ACBR) e a Associação da Vaca. A primeira nasceu pela luta contra os altos preços dos produtos industrializados nos mercados locais, tanto bens de consumo não duráveis como duráveis. As compras coletivas eram realizadas em Goiânia, tanto de materiais escolares, quanto de produtos de primeira necessidade, como açúcar, sal, vestuário, produtos de higiene pessoal e repassados aos sócios da ACBR. O poeta popular de Itaguaru Pedro apresentou seu entendimento da vida dos camponeses naqueles tempos:

Meu coração está doendo
De tanto eu ter pensado
Do que está acontecendo
Com os pobres dos agregados
Estão mudando para a cidade
Estão sendo despejados
Por causa da opressão
Estão vivendo apertados.
Os pobretava na roça
Eis tinha muita fartura
Hoje mora no comércio
Enfrentando a vida dura
Eles olha por toda banda
Só enxerga formosura
Na roça tem muita água
Não comia sem mistura.
Cidade de Itapuranga
Agora não tá mais bom
Ta juntando pessoal
Fazendo reunião.

A Sociedade da Vaca se organizou na segunda metade do ano de 1981, perdurando até 1982. Sua articulação ocorreu pelas dificuldades e desafios vivenciados pelas famílias no suprimento de necessidades básicas. Foi construída para atender despesas rotineiras como pagar água, energia elétrica, aluguel e comprar suprimentos como carne, denominada como mistura na alimentação camponesa.

Quando viviam no campo a carne era obtida pelacaça, criação de porcos e vacas, engordadas somente para o abate em data especial, tendo em vista que representavam a poupança camponesa. A Sociedade da Vaca se formou pelas conversas entre camponeses, como:

Peixoto, Baltazar, Adão Queiroz, Dorvalino, dentre outros. Eles articularam e criaram a denominada sociedade. Olício Garcia, o *Peixoto*, narra como foi pensada a organização:

Eu tavamorano na cidade, e agente fazia, como diz, toda vida agente fez parte da Igreja Católica. Agente fazia as reunião muita veiz, até iscundido, naquela época era muito perigoso, [...] e cada reunião agente ia discubriendo que as coisas não era igual. Cê sabe que carne naquela época pra pobre comprar num açougue, toda vida foi difícil, mas naquela época era pior, sabe e aí, o pessoal decidiu, rapaz, vamo comprar uma vaca, matar e dividi ela, assim num preço de custo, até aqui começou esse movimento matar a vaca; o matador, mesmo foi o pai do Baltazivar, o seu Baltazar. Passamos uma lista e cada um assinou com mil cruzeiros. A vaca foi comprada por treze mil, foi morta na roça e na hora marcada houve a repartição da carne na cidade e todos levaram felizes. A carne saiu pela metade do preço, menos de Cr\$ 100,00 por kg. Estava feita a “Sociedade da Vaca” como foi chamada (Boletim da Sociedade da Vaca, 1981).

Sem acesso à terra, impossibilitados de ter criações, como galinhas, porcos e rebanho bovino. Os camponeses resolveram comprar uma vaca e dividi-la entre os vizinhos. Reviviam, com isso, a tradição de matar o porco e distribuir aos vizinhos, mas agora tendo que pagar, para ter direito a umpedaço de carne. Outro dado importante nesta consolidação da Sociedade da Vaca foram experiências acumuladas e adquiridas nas reuniões com outros trabalhadores, a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Diocese de Goiás, momento que conheceram organizações quedesenvolviam atividades coletivas. ASociedade da Vaca foi inspirada a partir de:

[...] uma reunião do PT em Goiânia. Uma companheira ouviu, que um senhor de nome Clóvis contar que lá em Anápolis, o pessoal fazia compras em grupo, inclusive de carne. A companheira voltou, falou e pôs a cuca para funcionar (Caminhada, 1981).

Na Sociedade da Vaca os preços dos cortes eram equitativos, diferentemente do que ocorria nos açougues da cidade. Como narrado por Peixoto: “naquela época, a metade do preço, era o preço que custava a vaca, fazia a conta quanto dava a carne limpa, vamo supor, 1 real era o quilo, era aquilo que ocê pagava, cê entendi”? Com a Sociedade da Vaca se fortaleceu nos camponeses a importância da unidade para enfrentar adversidades imposta pela nova ordem capitalista. A trajetória de luta serviu para que entendessem que com organização e resistência poderiam modificar a situação em que viviam.

Os camponeses em Itapuranga se articularam para enfrentar as mudanças nas relações capitalistas nas décadas de 1970-1980. A lógica capitalista promoveu a expulsão campo/cidade e a substituição da mão de obra pela mecanização. A produção de alimentos, substituída pelo

gado leiteiro e de corte, pela lavoura canavieira, aprofundou as dificuldades dos camponeses em Itapuranga.

Além da experiência da Sociedade da Vaca, outras foram produzidas para lutar contra a ordem econômica e política capitalista. As organizações foram espaços importantes de luta e formação política do campesinato. A seguir é apresentado um quadro com as principais atividades organizativas que nasceram no período mencionado.

Quadro 1- Itapuranga- organizações camponesas formadas entre 1981-1999.

ENTIDADE	HISTÓRICO	CRONOLOGIA
Escola Popular do Laranjal	Camponeses da Fazenda Laranjal II se reuniram para criação de uma Escola Popular para atender aos homens e mulheres analfabetos, que se mobilizaram na consolidação da experiência. Posteriormente, apropriada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e levada para outras regiões do município.	A experiência nasceu no ano de 1981.
Sociedade do Adubo	Grupo de camponeses se organizaram para fazer a compra coletiva dos insumos nas Fazendas Laranjal I e Fundão. <i>“Quem vendesse no preço menor nós iríamos comprar garantindo uns mil sacos.”</i> Ganhou a firma “Orquimi” de Uberaba, que vendeu a Cr\$ 3.500, 00 o saco do 8-30-16, quando na praça o preço era Cr\$ 4.600,00. <i>“Não precisou de emprego de nenhum capital, pois o preço nós combinamos juntos e depois cada um fez individualmente o seu contrato de compra, da quantidade que queria, e fez seu pagamento”</i> (Documento da CPT/GO).	Atividade de compra coletiva nasceu na década de 1980.
Associação das Comunidades de Baixa Renda – ACBR	União dos camponeses que viviam na cidade. Produziam coletivamente a farinha e polvilho de mandioca, faziam compras coletivas de materiais escolares e outros produtos que eram necessários no cotidiano. Posteriormente a ACBR se transformou em uma lojinha de produtos e tecidos, em uma sala cedida pelos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Como nos narra NelloBononi, idealizador da ACBR: <i>“Associação surgiu em nossas casas, comprava os produtos e vendia ali mesmo para os vizinhos e depois a ideia pegou e fomos aumentando o grupo até constituir esta ACBR, mas foi uma vontade de todos, o pessoal comprava roupa pela metade</i>	A ACBR nasceu em 1981.

		<i>do preço e também material escolar para os filhos dos associados.”</i>	
Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga – ASPA		ASPA nasce como um “ <i>órgão de representação dos lavradores deste município, com mais de 6.000 (seis mil) associados</i> ”, fundada em 19 abril de 1987, sem fins lucrativos e que tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social de seus associados. Para serem associados a entidade os requerentes deveriam ser pequenos agricultores que estivessem, prioritariamente, associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.	Fundada em 27 de abril de 1987.
Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga – Cooperafi		Nascida em 1987, com a denominação de Cooperativa Mista de Itapuranga, inspirada nas experiências cooperativas do Brasil. Bem como fruto dos trabalhos da Sociedade do Adubo e da Associação das Comunidades de Baixa Renda – ACBR. Em 1999 foi criada a Cooperafi, está incorporou todos os ativos e passivos da Comil, criando a primeira experiência de cooperativismo de agricultores familiares no município de Itapuranga. Fruto de um longo processo de aprendizado a Cooperafidesenvolve projetos de agroecologia, processamento de frutas para feitura de sucos, comercializa leite e conta hoje com mais de 350 cooperados.	Nasce como entidade em 1999.
Feira do Produtor Rural		Feira realizada semanalmente na Praça Central de Itapuranga, Praça Castelo Branco, todas as quintas-feiras, a partir das 17 horas. A história da feira surge com o desprendimento de três agricultores – Maria Pereira dos Santos, João Bertolino de Souza e Antonio Lima. Com o apoio da Emater-GO, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e a persistência dos associados da Central da Feira, tendo que ter o requisito de estar ligado a uma Associação de Produtores e Produtoras do município.	H 1999.
Associação Popular de Saúde de Itapuranga - Hospital da Santa Casa		Associação Popular de Saúde – Hospital da Santa Casa. Surgiu como uma entidade ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1979, quando a Direção sindical trouxe para dentro da entidade o atendimento médico e odontológico. Nos primeiros anos da década	Nascida em 1987.

	de 1980, com a inauguração do Hospital do Funrural, transfere-se a gestão desta Unidade Hospitalar para o STRI, quando em 1987, por motivos de ordem financeira, o STRI não mais assume as responsabilidades com tal entidade. Foi criada neste ano a Associação Popular de Saúde de Itapuranga – APSI, entidade mantenedora desta unidade de saúde, que luta atualmente para prestar serviços aos camponeses e cidadãos que procuram a instituição.	
--	--	--

Fonte: Silva, V. M.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Os camponeses em Itapuranga estiveram e continuam em marcha. Uma constatação que foi demonstrada com o debate produzido neste artigo, ao qual procuramos demonstrar que a luta dos contrários continua e que se mantém na sociedade capitalista que influencia e expropria tais sujeitos sociais.
2. Os embates experienciados ao longo da chegada dos migrantes no município de Itapuranga, nas primeiras décadas de 1940, intensifica-se com a modernização e expropriação produzida pelas relações capitalistas de produção. Neste contexto de embates as organizações sociais camponesas surgem e se reinventam constantemente, fazendo com que de uma vontade coletiva de mudar as condições vividas, como dos assalariados rurais do corte da cana procurando maneiras e condições para sobreviver e garantir direitos e condições dignas de trabalhos.
3. As organizações populares dos camponeses são diversas na região do município de Itapuranga passando por produção coletiva de lavouras, compras de insumos para sua produção, a “sociedade da vaca”, cooperativas, enfrentamentos dos trabalhadores da produção sucroalcoleira e muitas outras produções sociais que ainda resistem como fruto deste processo de luta e embate.
4. A agricultura camponesa em Itapuranga é fruto deste processo social, político e cultural neste espaço de reprodução do capitalismo que se rearticula e criar novas formas de exploração. Mesmo nesta realidade de contradições sociais e históricas os camponeses produziram inúmeras lutas que marcaram e continuam sendo importantes instituições de transformação nesta territorialidade. Os camponeses se reinventam e articulam sempre!

REFERÊNCIAS

- BARTRA, Armando. Campesíndios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Equador: Ediciones La Tierra, 2011.
- FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Revista cultura vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, v. 93, n. 02, p. 11-31, 1999.
- _____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008, p. 197-216.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.
- LÊNIN, Vladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. (tradução de José Paulo Netto). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARX, Karl. As teses sobre Feuerbach (1845). (Tradução de Néelson Jahr Garcia). São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1999. 9 p. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 09 jan. 2016.
- MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: Boletim de Geografia Teorética, v. 25, n. 49-50, p.15-58, 1995.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel. Campinas: Editora Alínea, 1999.
- _____. A revanche camponesa. Goiânia: Ed. UFG, 1999.
- SHANIN, Teodor. La clase incómoda: sociología política del campesino en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). (tradução Fernando Andrada Tapia). Madrid: Alianza Editorial, 1983. 327 p.
- SOUZA, Marcelo L. de. Território e (des) territorialização. In:_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 77-110.